Primeira——— 700 800,00* Titânio esponja——— N/C cado firme, MFH, mercado fraco; ME, mercado estável. Unitarias: —— 168,56 ——— 168,74 Títulos: —— 746,95 ——— 745,24

ANC P28 20 ABR 1988

Em direção ao "Grande Buraco Negro"

ESTADO DE SÃO PAULO

TULLIO DE AZEVEDO

O mês de fevereiro de 1988 vai entrar para a história do Brasil como "Fevereiro Negro", graças ao que a maioria da Constituinte aprovou como "direito dos trabalhadores urbanos e rurais", definindo uma tendência populista e progressista para os demais artigos.

Um empresário, que integra a gema do empresariado nacional independente, classificou como (sic) "estupidez legislativa" o resultado desse "avanço" do progressismo caboclo. Ainda mais (sic):

o "conceitualmente, o Brasil está tomando medidas contra a tendência natural do mundo, de negociação direta entre capital e trabalho... inclusive de países com governos socialistas";

o "... o país vai se tornar menos eficiente, menos capaz, menos realista em função do quadro econômico... (cujo resultado será)... as empresas perderem competitividade, as exportações diminuírem e o desemprego crescer."

Essa "gema" do empresariado é um grupo imaginário que a sociedade naturalmente cria, constituído de gente cujo conceito junto ao público é de seriedade, dedicação ao trabalho e, sobretudo, experiência e sucesso.

Esse grupo de empresários conseguiu, nos últimos 30 anos, através da livre iniciativa, dirigindo empresas lucrativas liderar o desenvolvimento de uma economia de mercado que elevou o Brasil ao nível de oitava economia mundial.

Voltando aos "direitos dos trabalhadores", o "Decon" da Fiesp, produziu estudo que, entre outros efeitos do "avanço progressista", aponta os seguintes:

o os custos da mão-de-obra para a indústria devem elevar-se em 50%;

o poderá reduzir o salário dos horistas do valor correspondente a quatro horas por semana;

o a "Previdência Social" arcará com as despesas, a mais, de 30 dias de licença-natalidade e de oito dias de licença-paternidade.

Isto para a indústria de São Paulo, em média mais automatizada, o que exige menos mão-de-obra no setor de produção.

E para as indústrias das demais regiões do país que não atingiram esse estágio?

E, muito importante, qual será o provável percentual do aumento de custos na agricultura e nos serviços que empregam muita mão-de-obra?

Mas não há a menor dúvida de que o preço dos alimentos, da eletricidade, do gás e da água vão disparar! E esses são os itens de consumo e uso obrigatório do povão.

A Constituinte fixou esses novos benefícios aos trabalhadores, distribuídos em 30 itens, dois parágrafos e, ainda mais, deixou na "chocadeira" (sic) "outros benefícios que visem a melhoria das suas condições sociais".

Dos citados itens, no mínimo 20 representam substancial aumento de custos para os empregadores.

Tais aumentos terão de ser repassados ao consumidor ou usuário final mediante aumento dos preços dos produtos e serviços, gerando inflação.

Do seu lado, o governo terá de aumentar os impostos, e/ou emitir papel-moeda, para pagar suas despesas, o que também irá aumentar a inflação.

É a infernal ciranda de preços, salários, impostos e emissão de dinheiro que, por artes do diabo inflacionário, resulta catastrófica para a débil economia nacional, em fase pré-falimentar.

Mas, no meio de tanta preocupação também há motivos para rir: a licença-paternidade, provavelmente fruto da nossa cultura indígena, pois isso é "programa de índio"...

Voltando ao texto aprovado, a totalidade das obrigações serão pagas pelos empregadores que terão, também, a responsabilidade de administrá-las, exceto uma.

Trata-se da aposentadoria, financiada pelo empregado e pelo empregador, mas administrada pelo Estado.

A redação desse dispositivo é lacônica e omissa, sem fixar as obrigações e responsabilidades do Estado.

Ainda mais, NADA CONSTA com referência às responsabilidades do Ministério da Previdência Social quanto à administração das assistências médica, dentária e hospitalar, também financiadas pelos trabalhadores e empregadores, as quais são "Direitos Sociais".

É inacreditável que os constituintes estejam tão preocupados em discriminar, quase que nos detalhes, as obrigações do empregador, e não tenham aprovado dispositivo que obrigue à "Previdência Social" proporcionar ao povão que eles representam:

o assistência à saúde do trabalhador e seus dependentes, ministrada em padrões bem definidos de eficiência e respeito humano, assim como, que seja disponível qualitativa e quantitativamente;

o aposentadoria remunerada de forma a preservar a dignidade humana e o nível de vida que o trabalhador usufruiu durante seus 35 anos de trabalho, para que na velhice não seja um "número no computador" mas, GENTE que precisa viver em segurança e dignamente.

Por isso tudo, não é preciso ter "bola de cristal" para prever o que vai ser aprovado quanto aos outros pontos polêmicos da proposta de Constituição.

Tomando como tendência, daqui para diante, o que prevaleceu na votação dos "direitos sociais", vamos ter redação "progressista" para a reforma agrária, reserva de mercado, tratamento do capital estrangeiro, distribuição dos derivados de petróleo e outros dispositivos polêmicos, para não deixar que atuem a livre iniciativa e a economia de mercado.

As bases constitucionais para a reforma agrária em gestação merece alguns comentários.

O editorial de um matutino de grande circulação, sob o título de "Idiotia Agrária", expõe conceitos sobre o que foi aprovado, na Comissão de Sistematização — e poderá vir a ser texto constitucional —, quanto à reforma agrária:

(Sic) "... a gratuidade e o obscurantismo de uma atitude que vê na reforma agrária não um instrumento de política econômica — a ser utilizada em último caso, obedecendo-se às conveniências práticas que possa apresentar —, mas um simples mecanismo propagandístico e ideológico, capaz de conferir a seus defensores a imagem de um 'progressismo' que na verdade corresponde, na medida exata, à sua mentalidade tacanha, desinformada e falsamente radical."

E mais:

(Sic) "... versão pseudo-socialista de idiotia rural, bem ao gosto das utopias medievalizantes, antieconômicas e inquisitoriais de alguns representantes da Igreja Católica Brasileira."

Esse editorial aponta claramente os setores que, por ignorância ou má-fé, estão empenhados em desestabilizar — mediante pseudo-reforma agrária — a agricultura nacional, com danos irreversíveis para a alimentação do povo brasileiro e para a economia nacional.

Isso significa caos programado.

Interpondo-se a essas manobras, há cerca de três anos, nasceu a UDR.

Na medida em que cresce sua ação, como expressão da unidade e da disposição de grande parte do empresariado rural em participar, direta e ativamente, não só na defesa dos direitos e interesses da classe mas, principalmente, dos interesses válidos do País e da população mais carente, seus opositores atacam-na com virulência ímpar, num derrame de injúrias e inverdades quanto aos objetivos e forma de ação da entidade.

São organizadas manifestações públicas e através dos órgãos de divulgação que visam intimidar e fazer recuar, até o imobilismo e o silêncio, as hostes uderristas deixando o campo livre para, primeiro, submeter o empresariado rural e, depois, sucessivamente, o das atividades secundária e terciária.

Essas ações são conduzidas pelos sacerdotes "progressistas" — a mais intensa e violenta — e logo atrás, colados, os partidos de esquerda, os "eternos" dirigentes dos DCEs das universidades e os profissionias do "patrulhamento" nos meios de comunicação e no ensino com a finalidade de:

. intimidar os uderristas, criando inquietação e frustração nas duas hostes;

. influir na opinião pública de forma a isolar a UDR, afastando o possível apoio da sociedade, de grupos afins e mesmo de ruralistas, estes indecisos entre a falsa imagem, a fé religiosa e a realidade;

. diminuir o ímpeto e a eficácia das ações desenvolvidas pela UDR.

Com essa estratégia os adversários já vêm criando para a Entidade resistências de membros da Constituinte, dos Legislativos e dos Executivos, nos níveis federal, estadual e municipal, dificultando os respectivos relacionamentos.

A ação deletéria contra a UDR vem sendo desenvolvida, não só nas reuniões de caráter religioso e político mas, principalmente, através dos meios de comunicação de massa e de publicações dirigidas, de maneira deliberada, permanente e profissional.

Tendo a UDR de alcançar seus objetivos mediante ações com curso a curto, médio e longos prazos — quaisquer que sejam os termos do documento final aprovado pela Constituinte — faz-se necessário estar capacitada para agir em sua defesa e para conter os antagonismos, com a ajuda e solidariedade dos homens livres.

Os ruralistas representam, talvez, a maior expressão do empresariado nacional na formação do PIB. Nessa atividade, praticamente, inexiste a participação do Estado e do capital estrangeiro.

Por isso, a atividade primária é o alvo preferencial da Esquerda na caminhada para o Poder, contando com o apoio das igrejas progressistas.

Desestabilizar o setor agrícola e eliminar os empresários rurais capazes de desenvolver agricultura nacional e produtiva é, no momento, o objetivo dos liberticidas. Mas, não é o único: a indústria, o sistema bancário, o comércio e a prestação de serviços serão os alvos, no devido tempo, um de cada vez.

Depois virá o massacre das liberdades.

Por outro lado, a UDR tem-se mostrado ativa e capaz de rapidamente mobilizar as bases, com disposição de luta e, sendo alvo prioritário, por força das circunstâncias está na vanguarda da defesa da livre iniciativa, da liberdade, do direito à propriedade e da verdadeira democracia.

Assim sendo, a ameaça que enfrentam os ruralistas, no momento, deve ser assumida como comum a todo empresariado e, muito mais, pela parte da sociedade que quer continuar livre.

Portanto, é aconselhável que os empresários e os cidadãos que amam a liberdade estejam unidos: "todos por um e um por todos".

É preciso não temer ser "pateta" ou "quebrar ovos".

A sabedoria popular expressa com pragmatismo a proposição de que não se faz omelete sem quebrar ovos.

Poucos são os homens públicos que tiveram a coragem cívica de assumir a impopular responsabilidade de quebrar alguns ovos para que, mais tarde, a sociedade viesse a saborear ampla, irrestrita e gostosa fritada democrática de todas as liberdades e direitos.

Por outro lado, o vocábulo pateta, adjetivo originado de pato, tem dezenas de sinônimos, com mínimas variações do significado.

Tendo em mente que a criatividade lingüística popular, no correr do tempo, vai enriquecendo os vocábulos com novas acepções, é possível que, para os que já se adaptaram aos hábitos dos tempos em que vivemos — império da filosofia de que "é dando que se recebe" e seu corolário de "levar vantagem em tudo" —, o adjetivo pateta deva ser aplicado àqueles que sempre se recusaram a participar nas cirandas da corrupção, da falsidade, do fisiologismo e da popularidade fácil.

Enfim, não são — ou não foram — bailarinos exímios da sem-vergonhice institucionalizada de levar vantagem em tudo.

Finalmente, a triste realidade é a de que os constituintes, gradativamente, vão ampliar o "Grande Buraco Negro", que já está aberto, onde o "progressismo nativo" vai enterrar a economia e a sociedade brasileira.

A maioria dos ilustres políticos estão surdos às advertências dos empresários e das pessoas de bom senso que vêm alertando quanto às conseqüências das tendências demagógicas.

Como em Portugal e outros países que passaram pelo mesmo processo, os empresários nacionais — brasileiros e estrengeiros — irão encerrar suas atividades ou emigrar para outros países onde seu papel seja melhor compreendido e dispensado tratamento mais justo.

Seria desejável que, imitar do a CUT, os brasileiros responsáveis pudessem erigir nas cidades, em praça pública, um marco no qual sejam inscritos os nomes dos que propuseram a aprovaram as "abobrinhas demagógicas" inseridas na nova Constituição, como uma homenagem aos "Constituintes do Buraco Negro".

Assim, no devido tempo, a sociedade brasileira saberá a quem retribuir os males que recebeu.

E para descontrair, lembramos dos tipos caricatos que o Ronald Golias, com genialidade e apurada sensibilidade, cria para fazer arte imitando a vida.

Uma dessas caricaturas é o Professor Bartolomeu Guimarães, centenário, contemporâneo e companheiro de José do Patrocínio, Ruy Barbosa e outros mais dos tempos de antanho.

Sua participação nos eventos do dia-a-dia é marcada por uma sucessão de cochilos e despertares para um breve período de consciência e êxtase, onde o sonho e a realidade se misturam. É uma delícia ouvir suas colocações nesses breves momentos.

Pois bem, a Nova República tirou do baú, onde vinham sendo conservados numa mistura de naftalina e "sachets" de cheiro, uma mancheia de "Bartolomeus", aspirantes do poder máximo que, entre uma cochilada e a seguinte, dizem coisas que são mais resultado da esclerose do que frutos da razão.

"Brasileiras e brasileiros", vamos evitar que eles fundem a República Geriátrica do Brasil...

O autor é profissional de Relações Públicas